

15 FEV 1989

Os deveres do Legislativo

Congresso Nacional

Os trabalhos da 49^a Legislatura que hoje têm início, oficialmente, inscrevem-se entre aqueles com alta destinação para figurar nos anais do Congresso Nacional e nos registros da história contemporânea com autênticas marcas de divisores de tempo. O País vive às vésperas de tomadas de posição que se entremostram decisivas para o futuro da nacionalidade, depois de experimentar um processo cumulativo de frustrações nas tentativas de ordenar a ordem econômica e a ordem social dentro de padrões que se coadunem com as destinações de grandeza a que o Brasil faz jus, uma vez postas a serviço do desenvolvimento todas as potencialidades e riquezas que dão lastro e viabilidade a um amanhã que seguramente será próspero.

São crescentes as urgências em acelerado processo de convergência para as duas Casas do Legislativo. A legislatura passada foi palco de situações extremamente críticas, não tendo podido completar a tarefa de legislação complementar à atual Constituição. As leis que não puderam ser votadas e que dariam consistência aos mandamentos da Carta de 1988 constituem um pesado passivo

como questionador do seu desempenho, em que pesem os esforços empreendidos nesse sentido.

Depois de um longo regime autoritário, a Nação experimentou a licença plena das liberdades públicas, sem, contudo, ter conseguido libertar-se dos traçoites de impiedosa inflação cujos efeitos ainda fazem sombrios e inquietantes horizontes. Os compromissos com a democracia multiplicaram-se ao eleger o povo brasileiro, em sufrágio universal, um presidente da República imbuído de idéias reformistas, exigindo, por isso mesmo, uma participação solidária do Legislativo na obra de reconstrução nacional, numa contribuição que necessariamente deve ser profunda e abrangente.

São, como se vê, de dimensões de relevância inquestionável as tarefas desta 49^a Legislatura, constituindo-se num instrumento de mobilização institucional que por suas qualificações intrínsecas e sua destinação funcional tem deveres a cumprir e obrigações a zelar e de cuja observância a Nação espera um máximo de acertos com um mínimo de erros.